



**TRIBUNAL DE CONTAS DO**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Conferência em [www.tcees.tc.br](http://www.tcees.tc.br)  
Identificador: FD049-7E8AB-AF4D2



## Decisão 01365/2023-5 - 2ª Câmara

**Processos:** 02981/2018-1, 00080/2016-2

**Classificação:** Atos Sujeitos a Registro - Pensão

**UG:** IPVV - Instituto de Previdência de Vila Velha

**Relator:** Marco Antônio da Silva

**Interessado:** WALTER CAVALCANTI BEZERRA JUNIOR, DANDHARA KENG QUEIROZ,  
JOAO PEDRO KENG QUEIROZ BEZERRA, MARIA PAULA KENG QUEIROZ BEZERRA

**Responsável:** JORGE ELOY DOMINGUES DA SILVA

**ATOS SUJEITOS A REGISTRO – PENSÃO – TEMA 445 – REGISTRO – CIÊNCIA – ARQUIVAR.**

1. A incidência da decadência, conforme entendimento adotado pelo Excelso Pretório, nos termos da r. Decisão no julgamento do RE 636.553/RS, Tema 445 em sede de Repercussão Geral, que fixou tese no sentido de que *“Em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de 5 anos para julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas”*, impõe o registro do ato em apreço.

**O RELATOR EXMO. SR. CONSELHEIRO SUBSTITUTO MARCO ANTONIO DA SILVA:**

Versam os presentes autos acerca de **PENSÃO POR MORTE**, concedida ao Sr. **Walter Cavalcanti Bezerra Junior**, ao Sr. **João Pedro Keng Queiroz Bezerra**, à Srta. **Maria Paula Keng Queiroz Bezerra** e à Srta. **Dandhara Keng Queiroz**, respectivamente, na qualidade de companheiro e filhos menores dependentes da

ex-segurada, Sra. **Denise Fabiane Keng Queiroz**, a partir de **21/11/2017**, enquadrado no Tema 445 em sede de Repercussão Geral, por meio da **Portaria P 23/2018**, com supedâneo no art. 40, § 7º, inciso II, da Constituição Federal, redação dada pela Emenda Constitucional 41/2003, c/c o art. 13, inciso I e art. 24, inciso I, da Lei Complementar Municipal 22/2012, que se submete à apreciação desta Corte de Contas para fins de **REGISTRO**, na forma do artigo 71, inciso III, da Carta Magna, artigo 71, inciso IV, da Constituição Estadual e artigo 1º, inciso VI, da Lei Complementar 621/2012.

Ressalte-se que os presentes autos vieram a este Tribunal de Contas na forma física e foram digitalizados/convertidos integralmente em processo eletrônico, conforme Termo de Conversão de Processo Físico em Eletrônico, bem como sua validação de Conversão de Processo Físico para Eletrônico, tendo sido devolvido à origem por meio de protocolo.

A área técnica, através do Núcleo de Controle Externo de Registro de Atos de Pessoal – NRP, nos termos da Instrução Técnica Conclusiva 00907/2023-7, suscitando a incidência da decadência, conforme tese fixada pelo Excelso Pretório, Tema 445 em sede de Repercussão Geral, opinou pelo **REGISTRO** do ato.

O Ministério Público Especial de Contas, através do Procurador, Dr. Luis Henrique Anastácio da Silva, nos termos do Parecer 01717/2023-7, em consonância com o posicionamento da área técnica, pugnou no mesmo sentido.

Conforme regular distribuição vieram os autos a este Magistrado de Contas para emissão de relatório e voto para efeito de deliberação do Colegiado, na forma do artigo 29 do Regimento Interno, Resolução TC 261/2013.

**É o sucinto relatório.**

## **V O T O**

Tratam os presentes autos de concessão do benefício de pensão por morte, encaminhado a este Egrégio Tribunal de Contas para efeito de análise e posterior apreciação, em razão da documentação que lhe deu suporte.

### **1. DAS CONSIDERAÇÕES DE FATO E DE DIREITO:**

O benefício foi concedido em quatro cotas iguais, no valor de R\$ 375,81 (trezentos e setenta e cinco reais e oitenta e um centavos), totalizando o montante de R\$ 1.503,24 (um mil, quinhentos e três reais e vinte e quatro centavos), sendo que as documentações colacionadas nestes autos comprovam a dependência e o direito dos beneficiários à pensão em apreço.

Do compulsar os presentes autos, vê-se que o feito fora autuado neste Egrégio Tribunal de Contas em 3/4/2018, ou seja, há mais de 5 (cinco) anos, estando alcançado pela r. Decisão proferida pelo excelso Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 636.553/RS, Tema 445 em sede de Repercussão Geral, que fixou tese no sentido de que “*Em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de 5 anos para julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas*”.

Neste sentido, o eminente Relator, Ministro Gilmar Mendes deixou claro que entende pela inaplicabilidade do artigo 54, da lei 9.784, à análise da legalidade do ato de aposentadoria pelo TCU, porém, disse o ministro, “é necessária observância do prazo de cinco anos a contar da chegada dos autos a corte em atenção aos princípios da segurança jurídica”, sendo o caso de ato complexo, devendo se primar pela estabilização das relações jurídicas.

Assim sendo, em observância ao teor da r. Decisão do Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 636.553/RS, Tema 445 em sede de Repercussão Geral, acolho o entendimento da área técnica e do Ministério Público Especial de Contas que opinaram pelo registro do ato.

## **2. DO DISPOSITIVO:**

Ante o exposto, acompanhando o posicionamento da área técnica e do Ministério Público Especial de Contas, proponho **VOTO** no sentido de que o Colegiado aprove o seguinte teor de **Decisão** que submeto à sua consideração.

**MARCO ANTONIO DA SILVA**

**Relator**

**1. DECISÃO TC-01365/2023-5:**

**VISTOS**, relatados e discutidos estes autos, **DECIDEM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas, em:

**1.1. REGISTRAR** a **Portaria P 23/2018**, enquadrada no Tema 445 em sede de Repercussão Geral, que concedeu pensão por morte ao Sr. **Walter Cavalcanti Bezerra Junior**, ao Sr. **João Pedro Keng Queiroz Bezerra**, à Srta. **Maria Paula Keng Queiroz Bezerra** e à Srta. **Dandhara Keng Queiroz**, respectivamente, na qualidade de companheiro e filhos menores dependentes da ex-segurada, Sra. **Denise Fabiane Keng Queiroz**, a partir de **21/11/2017**, concedido em quatro cotas iguais de **R\$ 375,81** (trezentos e setenta e cinco reais e oitenta e um centavos), totalizando o montante de **R\$ 1.503,24** (um mil, quinhentos e três reais e vinte e quatro centavos);

**1.2. DAR CIÊNCIA** aos interessados;

**1.3. ARQUIVAR** o processo em tela.

**2. Unânime.**

**3. Data da sessão:** 05/05/2023 - 15ª Sessão Ordinária da Segunda Câmara.

**4. Especificação do quórum:**

**4.1. Conselheiros:** Sérgio Manoel Nader Borges (presidente), Domingos Augusto Taufner e Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha.

**4.2. Conselheiro Substituto:** Marco Antonio da Silva (relator).

**5. Membro do Ministério Público de Contas:** Procurador de contas em substituição ao procurador-geral Luciano Vieira.

**CONSELHEIRO SÉRGIO MANOEL NADER BORGES**

**Presidente**